



**COMISSÃO SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – DECÊNIO**  
**2024-2034 (PL 2614/24)**

**EMENDA Nº \_\_\_\_ / 2025**

*Emenda aditiva ao PNE, referente ao  
artigo 3º do Projeto de Lei.*

Art. 1 Inclua-se o seguinte inciso XI no art. 3º do Projeto de Lei nº 2.614/2024:

“XI - criação de programas governamentais na área da educação compatíveis com os objetivos, metas e estratégias do plano, devendo-se priorizar aqueles que, de acordo com o monitoramento previsto no art. 11, apresentem maior grau de risco de descumprimento, em especial a possibilidade de violação do direito de acesso à educação básica obrigatória e gratuita e à creche, nos termos dos incisos I e IV do art. 208 da Constituição Federal.” (NR)

**JUSTIFICATIVA**

O PL nº 2.614/2024, que “aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034”, é matéria de extrema relevância, constituindo instrumento essencial de planejamento e execução da política pública educacional.

O aprimoramento em relação aos planos anteriores requer atenção com a efetividade do novo PNE. Nesse sentido, não basta elencar um rol exaustivo de propósitos relacionados a todas as dificuldades da educação brasileira; é preciso fazer escolhas.

A inclusão de critério de priorização no artigo 3º, como diretriz, considera esse cuidado, sem incidir no risco de uma centralização excessiva e desconectada com as realidades das redes locais.

Assim, propõe-se que as escolhas considerem os aspectos que apresentem maior grau de risco de descumprimento. Com esse mecanismo de

Apresentação: 16/05/2025 14:06:41.090 - PL2614/24  
EMC 1077/2025 PL2614/24 => PL 2614/2024

EMC n.1077/2025





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Federal Rafael Brito - MDB/AL**

racionalidade, evita-se que ações governamentais sejam criadas sem que possuam relação com o plano aprovado por lei, minimizando-se os riscos de alocação de recursos em medidas não indicadas previamente.

Propõe-se como regra basilar de prioridade a garantia de acesso, condição primeira para o sucesso da política pública educacional. Destaque-se que não se trata, aqui, de critério arbitrário, mas identificado em evidências de boas práticas na experiência de fiscalização do controle externo brasileiro.

Sala da Comissão, em                      de maio de 2025.

Deputado **RAFAEL BRITO**  
**MDB/AL**

Apresentação: 16/05/2025 14:06:41.090 - PL261424  
EMC 1077/2025 PL261424 => PL 2614/2024

**EMC n.1077/2025**

